

■ OPINIÃO

Economia - Brasil

BMC FIF BMC Curto Prazo

Um hetohokã para planejadores

Washington Nôvaes *



Os índios carajás são um povo curioso. Quem chega à ilha do Bananal e os vê desdentados, com calções desbotados, tem uma impressão quase desoladora. Mas, se tiver oportunidade de assistir a uma dança de aruanã, numa noite de lua cheia, ou ao ritual do hetohokã — passagem dos meninos para um estado intermediário entre a infância e a vida adulta, tempo de provação e aprendizado —, com certeza vai se impressionar.

Na festa de hetohokã, a aldeia que a promove ergue um mastro grosso, de uns 10 metros de altura, e o calça com uma trincheira de pedras. Ele vai simbolizar a “honra” da aldeia e dos meninos. E os convidados de outras aldeias, que chegam em meio a enorme algazarra, vão tentar derrubá-lo. Munidos de grossas forquilha atadas com cipós volumosos a outros paus, tentam enganchá-las no mastro e puxar para derrubá-lo — enquanto o povo da casa, do outro lado, faz o mesmo esforço em sentido contrário, além de impedir com unhas e dentes que os adversários solapem a base de pedra. Quando um dos lados consegue tomar uma forquilha do outro e jogá-la no rio Araguaia, o alarido é enorme. Mas a luta prossegue, noite afora, até o raiar do dia ou até que os visitantes consigam derrubar o mastro (o que é raro).

Quem já viu a festa e hoje passa os olhos pelo noticiário econômico no Brasil; estampado nos jornais, tem em certos momentos a sensação de estar no meio de um hetohokã. Um alarido enorme, uma

guerra sem quartel e cada um puxando para um lado. Mas sem sentido, rumo, estratégia.

No meio da semana passada, por exemplo, afinal parecia que algumas coisas começavam a fazer sentido. Ao tomar medidas de proteção à indústria de brinquedos, o governo federal (independentemente de acerto ou erro no fechamento do mercado) parecia disposto a dar um sentido firme ao combate ao desemprego — tanto que exigiu como contrapartida a criação de 12 mil empregos no setor. É coerente exigir contrapartidas sociais quando um setor recebe concessões, subsídios, incentivos fiscais, etc. Seria um avanço, portanto, nestes tempos complicados em que os relatórios internacionais demonstram a necessidade de políticas ativas (e não apenas investimentos) para gerar empregos e distribuir melhor a renda.

**Quem já viu um
hetohokã, e hoje lê o
noticiário econômico
do País, a impressão é
de estar vendo a festa
dos índios carajás**

Um dia depois, a forquilha já era puxada na direção contrária. Noticiou-se que dezoito setores já se beneficiaram de medidas de proteção contra importações nos últimos anos, sem nenhuma contrapartida. E outros setores já estavam na bica para receber igual proteção, de novo sem contrapartida.

Mais algumas páginas de jornais folheadas e encontrava-se a notícia

de que empresas transportadoras, Ministério de Minas e Energia e Ministério dos Transportes vão implantar um plano para economizar óleo diesel, pois o seu consumo (subsidiado) cresceu mais que o dobro do consumo médio de petróleo nos últimos vinte anos. Parece lógico, racional, coerente. Mas a mesma notícia já focalizava também uma primeira forquilha puxando para o outro lado: segundo o ministro dos Transportes, se não houver (e não há) recursos para recuperação da malha rodoviária, o esforço será em vão, continuaremos a gastar mais combustível para percorrer a mesma quilometragem (Agência Estado, 5/7/96).

Não bastasse isso, no mesmo dia o presidente da Petrobrás informava à agência Reuters (Gazeta Mercantil, 5/7/96) que a empresa vai investir US\$ 2,8 bilhões na ampliação das refinarias de Cubatão, Paulínia, São José dos Campos e Mauá, todas no Estado de São Paulo. Ora, se se vai ampliar a capacidade de refino ali, será inevitável que se concentrem nessas regiões os investimentos nos quais for importante o peso dos transportes. Agravando os congestionamentos e reduzindo a eficiência no uso de combustíveis — além de aumentar a poluição do ar e toda a sequência de dramas que atormentam os habitantes das metrópoles. E sem fa-

lar no encarecimento do custo por emprego gerado, que, sem dúvida, por muitos fatores (preço maior dos terrenos, das infra-estruturas e serviços, entre outros) é muito mais alto aí, nas regiões densamente povoadas.

Trata-se, portanto, de uma decisão no mesmo rumo da que foi tomada recentemente, de desqualificar o preço dos combustíveis — quanto mais longe da refinaria o lugar do consumo, maior o preço. Além de penalizar o consumidor distante, sem opção (se pudesse, ele implantaria uma refinaria ali pertinho), essa decisão penaliza em bloco todas as regiões que não dispõem de refinarias, como o Centro-Oeste, o Norte e quase todo o Nordeste. E concentra investimentos, concentra empregos, concentra renda, concentra poluição. Uma puxada de forquilha tão estapafúrdia que sequer conseguiu ser implantada integralmente. No Centro-Oeste, por exemplo, o setor de mineração demonstrou que, sem condições de concorrência, pelo custo do transporte, teria de fechar as portas, todo ele, imediatamente. E tudo ficou em compasso de espera.

Adiante. No mesmo dia 5 de julho, informava ainda a Agência Estado: “O governo estuda uma forma de evitar o risco de racionamento de energia elétrica a partir do próximo ano”. Como? Investindo US\$ 10 bilhões

nos próximos anos em novas usinas. E importando energia da Argentina.

Muito justo e oportuno, terá pensado o leitor. Mas talvez num segundo momento, pensando melhor, esse leitor volte seus olhos para o alto da página, em busca de data, pois terá tido a impressão de haver visto notícia velha — afinal, ele já leu essa mesma informação todos os anos, nos últimos dez anos, sem que acontecesse qualquer racionamento. O País continuou a funcionar do mesmo jeito, sem novas usinas, e sem que uma só indústria parasse por falta de energia; nenhuma casa ficasse no escuro, sem que se apagassem as luzes da rua.

Mais atônito ainda ficaria esse leitor se tivesse acesso a alguns estudos sobre o setor energético brasileiro. Um deles, por exemplo — de Emílio Lèbre La Rovere, preparado para o Relatório sobre o Desenvolvimento

**Se desperdiçamos
metade da energia
gerada, o lógico é
aplicar recursos para
acabar com isso e não
fazer novas usinas**

Humano no Brasil, da ONU —, mostra que na oferta interna bruta de energia primária no País a energia útil representa apenas 33%; pouco mais de 10% é consumido com fins não energéticos; as perdas representam nada menos de 56% do total, dos quais 12% na passagem de energia primária para secundária e 44% nos equipamentos de uso final.

Então, se estamos desperdiçando metade da energia gerada, se não temos recursos para investir, se queremos uma economia eficiente, a lógica não seria aplicar recursos em programas de conservação de energia e eliminação do desperdício, muito mais baratos que construir usinas ou importar energia? O leitor de jornais provavelmente diria que sim, mas a forquilha está sendo puxada para o outro lado. Prossegue o cabo-de-guerra, sem a beleza, as cores, a originalidade do hetohokã.

A lista de exemplos parece infinita. Outra notícia da mesma data informa que no próximo dia 13 o presidente da República discutirá com governadores de estados propostas para resolver a questão fundiária. Ótimo, pois a primeira meta é exatamente assentar 2 milhões de famílias. Mas a notícia logo puxa a forquilha em direção contrária: assentar esse número de pessoas vai levar dez anos. Como se isso fosse viável, como se a questão da terra não estivesse explodindo aqui e ali a cada dia, demonstrando o nível máximo de tensão aqui e agora. Como se fosse possível esperar dez anos.

Talvez se devesse propor que todo planejador passasse um tempo entre os carajás, assistisse a um hetohokã e depois partilhasse do período de provação pelo qual passam os meninos. Porque nesse tempo eles aprendem também a meditar, a ser humildes, a medir as consequências de seus atos, a ouvir os experientes.